

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.669 - SP (2019/0230532-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO**
ADVOGADOS : **ROSEMEIRI DE FATIMA SANTOS - SP141750**
EDUARDO HORIGUELA FONSECA - SP302991
PAULO DE SOUZA NETO - SP384304
AGRAVADO : **JULIO DO NASCIMENTO PIRES**
AGRAVADO : **MARIA DE FATIMA AMADOR PIRES CAVALIERE**
ADVOGADO : **MARIQUEILA ASSADI COSSIGNANI - SP132797**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PERDAS E DANOS. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE IMPUGNADA, AINDA QUE SUCINTAMENTE. NOVA ANÁLISE DO AGRAVO. ANÁLISE DO MÉRITO DO APELO EXTREMO POR PARTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 123/STJ. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. AGRAVO CONHECIDO, EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO contra a decisão proferida pela Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a ausência de impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada (fls. 271-272).

O aludido apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 213):

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. PERDAS E DANOS.

Superior Tribunal de Justiça

Home care. Idoso (86 anos) com sequelas de AVC. Prescrição de alta médica condicionada ao *home care*, após nova internação. Noticiado o óbito do autor. Sucessão processual pela única herdeira. Sentença de parcial procedência, para reconhecer a perda de objeto quanto à obrigação de fazer e fixar indenização por danos morais em R\$ 10.000,00. Apela o réu, alegando cerceamento de defesa, por ausência de prova pericial; o reconhecimento da ausência de obrigação da ré no fornecimento do *home care* permitirá a cobrança do valor gasto do espólio; descabimento da fixação de indenização por danos morais; eventual manutenção da condenação comportaria minoração do *quantum*. Descabimento. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Impossibilidade de realização de perícia direta, por conta do óbito do beneficiário. Interesse de agir. Caracterização diante da necessidade do serviço, por ocasião da propositura da ação, e da pretensão da ré de cobrar do espólio aqueles serviços que eventualmente não estivesse obrigada a fornecer. Não se mostra verossímil que o autor demandaria em juízo, com a saúde debilitada, caso tivesse atendidas suas necessidades e a recomendação médica. Ré se manifestou contrária ao *home care*, alegando só haver autorizado o serviço por conta da determinação judicial. Abusividade da negativa de fornecimento dos serviços de *home care*. Inteligência da Súmula 90 do TJSP. Danos morais. Caracterização diante dos transtornos enfrentados pelo beneficiário e da abusividade da negativa.

Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial (fls. 219-232, e-STJ), o recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos seguintes normativos:

- a) art. 93, IX, da Constituição Federal de 1988;
- b) arts. 369, 370, 371, 373 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015;
- c) art. 188, I, do Código Civil de 2002.

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia, bem como ausência de fundamentação na decisão impugnada; (ii) ocorrência de cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide, sem oportunizar-lhe a produção de prova pericial para defesa de seus direitos; (iii) falta de interesse de agir dos recorridos, bem como não ter havido negativa de cobertura do tratamento pleiteado, pois cumpriu com suas obrigações contratuais, não havendo comprovação de que negou cobertura ao procedimento pleiteado; e (iv) não haver cometido ato ilícito a ensejar sua condenação ao pagamento de

Superior Tribunal de Justiça

indenização por danos morais, bem como excesso no valor arbitrado a esse título, em violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, motivo pelo qual eles devem ser reduzidos.

O recurso especial foi inadmitido no Tribunal de origem (e-STJ, fls. 248-250) pelos seguintes fundamentos: a) não configurada a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto as questões trazidas pelo recorrente foram analisadas e a decisão encontra-se fundamentada; b) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas; e c) incidência da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais.

No agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 253-260), o agravante refutou os retrocitados óbices de admissibilidade, ao mesmo tempo que alegou a ocorrência de usurpação de competência pelo Colegiado estadual à época de emissão do juízo prévio de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 263-268 (e-STJ).

O feito ascendeu ao Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, a Presidência desta Corte, por decisão monocrática, não conheceu do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 271-272), uma vez que o recorrente não impugnou todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade, em desrespeito ao preconizado no art. 932, III, do CPC/2015, ensejando a aplicação da Súmula n. 182/STJ.

Daí o presente agravo interno (e-STJ, fls. 275-280), por meio do qual defende o insurgente a inaplicabilidade do óbice apontado para o não conhecimento do agravo em recurso especial, afirmando ter impugnado todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade no agravo apresentado.

Pleiteia, ao final, a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do agravo interno ao Colegiado.

Impugnação às fls. 283-286 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No caso, observa-se que a decisão do TJSP que negou seguimento ao recurso especial foi impugnada pelo agravante, ainda que sucintamente, motivo pelo qual,

Superior Tribunal de Justiça

com base no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tendo em vista a inaplicabilidade da Súmula 182 do STJ, a fim de proceder ao exame do agravo em recurso especial. Desse modo, passo ao exame do mérito recursal.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Convém registrar que deve ser afastada a alegação do agravante quanto à usurpação de competência por parte do Tribunal de origem. Isso porque cabe ao Presidente da Corte local examinar a admissibilidade do recurso especial, o que por vezes implica exame superficial do próprio mérito, não significando usurpação de competência. Assim dispõe o enunciado n. 123 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: "a decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais ou constitucionais."

Preliminarmente, descabe a análise da jurisprudência citada pelo recorrente, tendo em vista que o reclamo foi interposto com fundamento apenas na alínea *a* do permissivo constitucional.

No tocante à dita ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal, cabe salientar que a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, não sendo cabível o exame de dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

Dito isso, registra-se que, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente – situação facilmente constatável *in casu* –, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ATIVIDADE ESPECIAL. AERONAUTA. LEI 9.032/1995. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ESPECIALIDADE. CONDIÇÃO DE INSALUBRIDADE ATESTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PORTARIA MINISTERIAL. NÃO CABIMENTO. NORMA QUE ESCAPA AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC.(...) 3. No que se refere à nocividade do labor exercido, é evidente que eventual violação aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 seria meramente reflexa, e não direta, porque para a apreciação da controvérsia, quanto à alegada inobservância dos critérios de pressão atmosférica anormal, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial, seria imprescindível o exame da Norma Regulamentadora NR-15, do Ministério do Trabalho e Emprego, não cabendo, portanto, analisar a questão em Recurso Especial. 4. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça. Súmula 7/STJ. 5. Recurso Especial não provido (REsp 1614624/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/09/2016, DJe 06/10/2016)

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

No que se refere à alegação de cerceamento de defesa, de acordo com o art. 330, I, do CPC/1973 (correspondente ao art. 355 do CPC/2015), é facultado ao juízo proferir sentença, desde que não haja necessidade de produzir provas em audiência. O art. 131 do CPC/1973 (correspondente ao art. 371 do CPC/2015), que trata do princípio da livre persuasão racional, estabelece que cabe ao magistrado avaliar as provas requeridas e rejeitar aquelas que protelariam o andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. No caso dos autos, o Tribunal de origem, assim asseverou (fls.

214-215, e-STJ, sem grifos no original):

Inexiste o aventado cerceamento de defesa, decorrente da ausência de dilação probatória, que culminou com o julgamento antecipado da lide.

O julgamento antecipado encontra esteio no art. 355 do Código de Processo Civil, sendo aplicável nas hipóteses de revelia e naquelas em que a questão de mérito é unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não haja necessidade de se produzir prova em audiência.

Ao juiz, como destinatário das provas, cabe a decisão sobre a conveniência e necessidade de sua realização, de acordo com a discricionariedade que lhe é conferida. Havendo provas suficientes para formar o convencimento, o julgamento deve ser proferido, aplicando-se a Teoria da Causa Madura. Incidentes os preceitos estampados nos artigos 370 e 371 do CPC.

Longe de configurar cerceamento de defesa, o julgamento antecipado homenageia o princípio da economia processual, permitindo célere prestação da tutela jurisdicional às partes e à comunidade, evitando desnecessária instrução e reduzindo os custos do processo.

Ademais, a perícia direta não se mostra mais possível, considerando o óbito do autor, além do que, segundo se depreende, a dilação probatória não refutaria a prova documental acostada, que embasou o julgamento da demanda.

Dessa forma, a revisão das conclusões a que chegou o Colegiado estadual reclama a incursão no contexto fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice inserto na Súmula 7 do STJ.

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, considerou a atitude do recorrente abusiva, concluiu estar configurado o dano moral indenizável e manteve o valor arbitrado na sentença de procedência, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pelos seguintes fundamentos (fls. 215-216, e-STJ, grifos no original):

Com efeito, a idade e o estado físico do autor (f. 22) por si só demonstravam sua debilidade física e a necessidade de home care, circunstância corroborada pelo “resumo de alta”, na medida em que a alta médica foi condicionada aos serviços de *home care* (f. 23).

Na verdade, não se mostra crível que o autor demandaria em juízo, no estado de saúde em que se encontrava, caso tivesse atendidas suas necessidades, bem como a recomendação médica.

Aliás, caso tivesse prestado o atendimento a contento, bastaria à ré acostar comprovação dos atendimentos.

Contudo, a ré se manifestou contrária à concessão do *home care*,

Superior Tribunal de Justiça

ressaltando que somente ofereceu os serviços por conta da determinação judicial (f. 192), bem como que pretendia cobrar do espólio os valores relativos a atendimentos que não estaria obrigada a fornecer.

Desta forma, a necessidade do autor restou comprovada, não restando desconstituída pela ré.

Ademais, a **negativa de fornecimento dos serviços de *home care*, com expressa recomendação médica, já restou apreciada e sumulada por esta Corte (Súmula 90 1 do TJSP), sendo considerada abusiva.**

Por fim, considerando a abusividade da negativa da ré, bem como os transtornos enfrentados pelo beneficiário, com a saúde debilitada, pertinente a manutenção da condenação no pagamento de indenização por danos morais, inclusive no tocante ao *quantum* indenizatório, que não se mostra excessivo, mas sim capaz de atender ao escopo satisfatório, educativo e punitivo da reparação por dano moral.

Desse modo, a revisão do julgado, com o consequente acolhimento da pretensão recursal, demandaria necessariamente o reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite no âmbito de recurso especial, dado o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, em juízo de reconsideração, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator